



Procedimento concursal comum de recrutamento para o preenchimento de 1 (um) posto de trabalho em regime de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado para a carreira e categoria de assistente técnico tendo em vista assegurar necessidades permanentes.

## ATA

### Ata da 1ª reunião

Aos 10 dias do mês de janeiro de 2022, pelas 9 horas, reuniu no gabinete do diretor, o Júri, conforme estipulado no Despacho do Diretor de 7 de janeiro, constituído pela Presidente, Susana Isabel Tavares Camacho, subdiretora; pela Vogal Efetiva, Rita Sofia Paulo Cordeiro, chefe dos serviços de administração escolar; pelo Vogal Efetivo, António Vasco Fernandes Pinheiro Carrilho, adjunto do diretor; pela Vogal Suplente, Rute Marisa Costa Silva Santos e pela Vogal Suplente, assistente técnica Teresa Alexandra Costa Martins.

Como secretária da reunião, a presidente do júri nomeou a Vogal Rita Cordeiro.

Assim, esta reunião tem por objetivo registar todas as diligências necessárias ao desenvolvimento do processo de recrutamento relativo ao Procedimento concursal comum de recrutamento para a contratação em regime de contrato em funções públicas por tempo indeterminado para a carreira e categoria de assistente técnico, para assegurar necessidades transitórias, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto um – Análise do enquadramento legal do procedimento concursal;

Ponto dois - Processo de recrutamento e respetiva calendarização;

Ponto três – Métodos e critérios de seleção dos candidatos.

Aberta a sessão, e estando presentes todos os membros, procedeu-se de imediato ao cumprimento do ponto um da ordem de trabalhos. Assim, o Júri verificou o enquadramento legal do Concurso, tendo em conta a Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, Decreto Regulamentar n.º 14/2008, de 31 de julho, Portaria n.º 125-A/2019, de 30 de abril, Portaria n.º 1553-C/2008, de 31 de dezembro e Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º

4/2015, de 7 de janeiro. Assim, o diretor do agrupamento, irá proceder ao recrutamento para o preenchimento de 1 (um) posto de trabalho em regime de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado para a carreira e categoria de assistente técnico, para desempenho de funções no Agrupamento de Escolas de Santiago do Cacém.

Foram, assim, analisados os processos de recrutamento, de divulgação do aviso de abertura, a metodologia e os critérios de seleção e de seriação das candidaturas, definidos neste documento.

No ponto dois da ordem de trabalhos, verificaram-se todas as diligências necessárias ao imediato desenvolvimento do processo de recrutamento, que passam pela publicitação em extrato no Diário da República, 2.ª série; na Bolsa de Emprego Público de forma integral no 1.º dia útil seguinte à publicação no Diário da República; e do aviso de abertura, deste procedimento concursal, na página eletrónica do Agrupamento de Escolas de Santiago do Cacém.

As candidaturas aos procedimentos concursais de regularização são da responsabilidade dos respetivos candidatos devendo ser formalizadas obrigatoriamente, mediante preenchimento de formulário próprio disponibilizado eletronicamente no SIGRHE > Situação Profissional > PND – Proc. concursais > Formulário de candidatura, e submetidas até ao último dia do prazo para apresentação das mesmas. Os documentos que acompanham a candidatura deverão ser anexados no SIGRHE, entregues pessoalmente nas instalações do agrupamento de escolas/escola não agrupada, enviados por correio eletrónico ou enviados pelo correio em carta registada com aviso de receção, até ao último dia do prazo para apresentação das candidaturas, sendo eles:

- a) Curriculum Vitae;
- b) Fotocópia de documento comprovativo das habilitações literárias;
- c) Comprovativos de formação na área digital, designadamente em software para processamento de texto e folhas de cálculo, se aplicável;
- d) Certificado do registo criminal, de acordo com o artigo 2.º da Lei n.º 113/2009, de 17 de setembro;

- e) Fotocópia dos documentos comprovativos das ações de formação frequentadas com indicação da entidade que as promoveu, período em que as mesmas decorreram e respetiva duração, caso existam;
- f) Caso seja detentor de relação jurídica de emprego público, declaração emitida pelo serviço onde o candidato se encontra a exercer funções, devidamente atualizada e autenticada, onde conste, de forma inequívoca a modalidade de vínculo de emprego público, bem como da carreira e da categoria de que seja titular, da posição, nível remuneratório e remuneração base que detém, com descrição detalhada das funções, atividades, atribuições e competências inerentes ao posto de trabalho ocupado pelo candidato, devendo a mesma ser complementada com informação referente à avaliação do desempenho relativa ao último período, não superior a 3 anos.

*[Handwritten signatures and initials]*

A apreciação das candidaturas realiza-se no dia útil seguinte ao término do prazo para a apresentação das mesmas.

#### Requisitos de admissão

- Ser detentor, até à data-limite para apresentação das candidaturas, dos requisitos gerais de admissão previstos no artigo 17.º da LTFP, nomeadamente:

- a) Nacionalidade portuguesa, quando não dispensada pela Constituição, convenção internacional ou lei especial;
- b) 18 anos de idade completos;
- c) Não inibição do exercício de funções públicas ou não interdição para o exercício daquelas que se propõe a desempenhar;
- d) Robustez física e perfil psíquico indispensáveis ao exercício das funções;
- e) Cumprimento das leis de vacinação obrigatória.
- f) Ser titular do 12.º ano de escolaridade ou de curso que lhe seja equiparado, a que corresponde o grau de complexidade 2 de acordo com o previsto na alínea b) do n.º 1 do artigo 86.º da LTFP, não se admitindo a possibilidade de substituição do nível habilitacional por formação ou experiência profissional e possuir preferencialmente competências na área digital designadamente em software de processamento de texto e de folha de cálculo.

Para efeitos do disposto na alínea K) do n.º 4 do artigo 11.º da Portaria n.º 125-A/2019, de 30 de abril, não podem ser admitidos candidatos que, cumulativamente, se encontrem integrados na carreira, sejam titulares da categoria e, não se encontrando em mobilidade, ocupem idênticos postos de trabalho previstos no serviço para cuja ocupação se publicita o procedimento ou seja, já sejam detentores de um contrato na modalidade de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado no mesmo Agrupamento de Escolas ou Escola não Agrupada.

Juscy  
Dorinda  
SA

Há lugar à exclusão de candidatos caso não reúnam os requisitos descritos anteriormente.

No ponto três da ordem de trabalhos, o Júri analisou os métodos e critérios de seleção dos candidatos para este procedimento concursal.

Nos termos do artigo 36.º da LTFP e do artigo 5.º da Portaria n.º 125-A/2019, de 30 de abril, alterada pela Portaria n.º 12-A/2021, de 11 de janeiro, aplicam-se os métodos de seleção obrigatórios Prova de Conhecimentos (PC) e Avaliação Psicológica (AP).

Aos candidatos que estejam a cumprir ou a executar atribuição, competência ou atividade caracterizadoras dos postos de trabalho em causa, os métodos de seleção a aplicar são a Avaliação Curricular (AC) e a Entrevista de Avaliação de Competências (EAC), conforme estabelecido nas alíneas a) e b) do n.º 2 da referida disposição legal e das alíneas c) e d) do n.º 1 do artigo 5.º da Portaria n.º 125-A/2019, de 30 de abril, alterada pela Portaria n.º 12-A/2021, de 11 de janeiro.

Nos termos do artigo 6.º da Portaria n.º 125-A/2019, de 30 de abril, alterada pela Portaria n.º 12-A/2021, de 11 de janeiro, aplica-se ainda o método de seleção Entrevista Profissional de Seleção (EPS).

A classificação final (CF) dos candidatos expressa-se numa escala de 0 a 20 valores, com valoração às centésimas em resultado da média aritmética ponderada das classificações quantitativas obtidas em cada método de seleção e será efetuada através de uma das seguintes fórmulas:

$$CF = 0,45 PC + 0,25 AP + 0,30 EPS$$

ou

CF = 0,45 AC + 0,25 EAC + 0,30 EPS

**Notificação da exclusão do procedimento concursal:**

Os candidatos excluídos são notificados para a realização de audiência prévia, nos termos do artigo. 121.º do Código do Procedimento Administrativo, por uma das formas previstas no n.º 1 do artigo 23.º da Portaria n.º 125 -A/2019, de 30 de abril.

**Publicitação dos resultados:**

A publicitação dos resultados obtidos é efetuada através da lista, ordenada alfabeticamente, afixada em local visível e público das instalações do Agrupamento de Escolas/Escola não Agrupada e disponibilizada na respetiva página eletrónica.

**Ordenação final dos candidatos:**

A ordenação final dos candidatos que completem o procedimento é efetuada por ordem decrescente das classificações quantitativas obtidas, expressa numa escala de 0 a 20 valores.

**Critérios de ordenação preferencial:**

Em caso de igualdade de valoração, serão adotados, de acordo com o previsto na alínea b), do ponto 2, artigo 27.º da Portaria n.º 125 -A/2019, de 30 de abril, os seguintes critérios de ordenação preferencial:

- a) A classificação mais elevada atribuída na Experiência Profissional (EP);
- b) A habilitação académica mais elevada (HAB);
- c) O maior número de horas de formação relevante para as tarefas a desempenhar. O Procedimento concursal tem carácter urgente, prevalecendo as funções próprias do júri sobre quaisquer outras.

A lista unitária de ordenação final dos candidatos aprovados, bem como a lista de exclusão de candidatos ocorrida no decurso da aplicação do método de seleção são notificadas aos respetivos candidatos, para a realização de audiência prévia nos termos do artigo. 121.º do Código do Procedimento Administrativo, por uma das formas previstas no n.º 1 do artigo 23.º da Portaria n.º 125 -A/2019, de 30 de abril.

A lista unitária de ordenação final, após homologação, será afixada em local visível e público das instalações do Agrupamento de Escolas de Santiago do Cacém, e disponibilizada na respetiva página eletrónica, sendo ainda publicado um aviso na 2.ª série do Diário da República com informação sobre a sua publicitação.

Nos termos do n.º 6 do artigo 11.º da Portaria n.º 125-A/2019, de 30 de abril, as atas do júri onde constam os parâmetros de avaliação e respetiva ponderação dos elementos do método de seleção a utilizar, a grelha classificativa e o sistema de valoração final do método, são publicitadas no sítio da Internet do Agrupamento.

Serão excluídos do procedimento os candidatos que obtenham uma valoração inferior a 9,5 valores, nos termos do n.º 10 do artigo 9.º da Portaria n.º 125-A/2019, de 30 de abril.

Nada mais havendo a tratar, deu-se por encerrada a sessão e lavrou-se a presente ata que depois de lida e aprovada vai ser assinada por todos os membros do Júri presentes nesta reunião.

Presidente:

Susana Coucho

Vogal efetivo:

António

Vogal efetivo:

Rita Sofia Paulo Bordinho

Vogal Suplente:

Rita Paula

Vogal Suplente:

Teresa Constantino